

## **Machado de Assis e a crítica às avessas/ *Machado de Assis and Reverse Criticism***

*Sílvia Maria Azevedo\**

### **RESUMO**

Ao tempo em que colaborou na revista de caricaturas *Semana Ilustrada* (1860-1876), Machado de Assis, sob o pseudônimo de Dr. Semana, foi autor de uma série de crônicas que alojavam uma modalidade de crítica que Raimundo Magalhães Júnior chamou de “crítica às avessas”, e que consistia em elogiar textos que eram péssimos do ponto de vista literário. Com base nas formulações teóricas de Beth Brait e Linda Hutcheon a respeito da ironia, o artigo tem por objetivo a análise de alguns exemplos desse tipo de crítica que surge no espaço da *Semana Ilustrada*, no interior da qual é possível identificar os primeiros sinais do narrador machadiano não confiável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Machado de Assis; Crítica às avessas; Ironia

### **ABSTRACT**

*During the time he collaborated with the cartoon magazine Semana Ilustrada [Illustrated Week] (1860-1876), Machado de Assis, under the pen name of Dr. Semana, was the author of a number of chronicles in which a different kind of criticism, called “reverse criticism” by Raimundo Magalhães Júnior, emerged. This criticism consisted in flattering texts that were terrible from the literary viewpoint. Based on the theoretical formulations of Beth Brait and Linda Hutcheon regarding irony, the article aims to analyze some examples of this kind of criticism that arises in Semana Ilustrada, in which it is possible to identify the first signs of Machado’s unreliable narrator.*

**KEYWORDS:** Machado de Assis; Reverse Criticism; Irony

---

\* Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Assis, São Paulo, Brasil; [silrey@uol.com.br](mailto:silrey@uol.com.br)

Ao chegar ao Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1868, munido de uma carta de apresentação de Joaquim Fernandes da Cunha, Castro Alves vai visitar José de Alencar, na Tijuca, e aproveita a ocasião para ler o drama *Gonzaga ou A revolução de Minas* e declamar alguns poemas de sua autoria. Impressionado com o talento do poeta baiano, Alencar escreve a Machado de Assis, em carta datada de 18 de fevereiro de 1868, e publicada quatro dias depois no *Correio Mercantil*, na qual pede ao amigo que introduza Castro Alves na sociedade literária fluminense. Além do pedido, a carta de José de Alencar agrega o sentido da consagração pública, ao chamar Machado de Assis de “o primeiro crítico brasileiro”:

Para Virgílio do jovem Dante nesse ínvio caminho da vida literária, lembrei-me do senhor. Nenhum tem os mesmos títulos. Para apresentar ao público fluminense o poeta baiano, é necessário não só ter foro de cidade na imprensa da corte, como haver nascido neste belo vale do Guanabara, que ainda espera seu cantor.

Seu melhor título, porém, é outro. O Sr. foi o único de nossos modernos escritores que se dedicou à cultura dessa difícil ciência, que se chama a crítica. Uma porção do talento que recebeu da natureza em vez de aproveitá-lo em criações próprias, não duvidou aplicá-lo a formar o gosto e desenvolver a literatura pátria.

Do Sr., pois, ao primeiro crítico brasileiro, confio a brilhante vocação literária que se revelou com tanto vigor (ASSIS, 2013, p.336).

Em resposta, em outra carta aberta de 1º de março de 1868, publicada também no *Correio Mercantil*, Machado de Assis agradece as palavras de Alencar, sem deixar de reconhecê-lo no papel de “chefe” da literatura brasileira:

A tarefa da crítica precisa destes parabéns: é tão árdua de praticar, já pelos estudos que exige, já pelas lutas que impõe, que a palavra eloquente de um chefe é muitas vezes necessária para reavivar as forças exaustas e reerguer o ânimo abatido (ASSIS, 2013, p.337).

Mais à frente, Machado expõe o motivo que o levou à prática da crítica literária bem como o fracasso da empreitada, em vista de a crítica, em sua opinião, não estar ainda consolidada no Brasil e da falta de imparcialidade nos julgamentos:

Confesso francamente que, encetando os meus ensaios de crítica, fui movido pela ideia de contribuir com alguma coisa para a reforma do gosto que ia se perdendo e efetivamente se perdeu. Meus limitadíssimos esforços não podiam impedir o tremendo desastre.

[...]

Compreende V. Exa. que, onde a crítica não é instituição formada e assentada, a análise literária tem de lutar contra esse entranhado amor paternal que faz dos nossos filhos as mais belas crianças do mundo. Não raro se originam ódios onde era natural travarem-se afetos. Desfiguram-se os intentos da crítica; atribuiu-se à inveja o que vem da imparcialidade; chama-se antipatia o que é consciência (ASSIS, 2013, p.337-338).

Em que pese o tom de desalento, repercutem na carta de 1868 de Machado de Assis os princípios do “Ideal do crítico”, publicado três anos antes no *Diário do Rio de Janeiro*, a saber, “conhecimento da ciência literária”, “independência”, “perseverança”, “coerência”, “imparcialidade”, “tolerância”, “urbanidade”, postos em prática na análise dos poemas de Castro Alves e da peça *Gonzaga ou A revolução de Minas*.

Ao mesmo tempo em que é possível identificar no “Ideal do crítico” “as linhas mestras de sua atuação na crítica literária” (JOBIM, 2010, p.76), a exemplo da seção “Semana Literária” (1866), do *Diário do Rio de Janeiro*, assinada por Machado de Assis, o texto de 1865 se presta também à leitura pelo avesso, na medida em que os postulados aí propostos configuram a prática da crítica na época, em relação à qual Machado irá se opor.

Pouco depois da intervenção de José de Alencar em favor de Castro Alves, Faustino Xavier de Novais resolveu fazer o mesmo, em relação a José Pereira da Silva, autor do poema *Riachuelo*. Em carta que saiu no *Jornal do Comércio*, em 12 de abril de 1868, Faustino convidava Machado a se ocupar da obra de Pereira da Silva, aludindo à missão que José de Alencar lhe confiara: “Chamou-te o general-em-chefe, restava-te obedecer, ainda mesmo que te não agradasse o terreno que havias de caminhar” (ASSIS, 2013, p.345). E frisava também que esta distinção provocara ciúmes no meio literário, por parte dos que acreditavam ter Alencar exagerado nos méritos de Machado. Mais adiante, Faustino comentava que o despeito chegara mesmo a explodir nas colunas da imprensa, citando passagens de um artigo contra Machado de Assis, que saíram num dos jornais da corte:

Se aquele que não tem conhecimento das línguas para estudar e analisar clássicos; que tem apenas habilidade de ler e escrever folhetins, mereceu foros de cidade no jornalismo, e o título pomposo de primeiro crítico brasileiro, não tenho medo de errar etc. (ASSIS, 2013, p.345-346)

Faustino Xavier de Novais não informa, porém, o nome do jornal, nem o do autor que teria desferido “projéteis rasteiros” contra Machado de Assis. Sabe-se, no entanto, que, naquele mesmo ano, saía, pela Tipografia Progresso, uma publicação anônima intitulada *Literatura pantagruélica. Os abestruzes no ovo e no espaço (Uma ninhada de poetas)*, folheto de 32 páginas, contendo paródias das cartas abertas de Faustino, Alencar e Machado. A obra foi logo atribuída a Joaquim Manuel de Macedo, por conta de um texto que saiu em *O Mosquito*, em 28 de novembro de 1869, em que se dizia que Alencar não teria perdoado o autor de *A moreninha* por ter parodiado a carta que escrevera a Machado de Assis, apresentando-lhe Castro Alves (COUTINHO; SOUSA, 2001, p.964). Quanto à possível atribuição a Macedo dos tais “projéteis rasteiros”, há que se lembrar que o escritor teve o romance *O culto do dever*, publicado em 1865, no calor da Guerra do Paraguai, avaliado como “mau livro” (ASSIS, 2013, p.250) por Machado, na “Semana Literária”, de 16 de janeiro de 1866.

Nove dias depois da carta de Faustino Xavier de Novais, Machado respondia ao apelo do poeta português, também em carta aberta, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em 24 de abril de 1868, na qual, antes de empreender a crítica ao poema de Pereira da Silva, aproveitava a ocasião para esclarecer, mais uma vez, quais foram suas intenções ao abraçar a “magistratura literária”: “Expunha objeções, tecia louvores, conforme me iam impressionando os livros. A dissimulação não foi a musa desses escritos; preferi a franqueza” (ASSIS, 2013, p.352).

A carta de Faustino e a resposta de Machado deixam transparecer que, ao assumir o posto de crítico, este passaria a enfrentar uma série de dissabores, que podem explicar o fato de o escritor brasileiro não ter se dedicado à crítica literária com o mesmo afincamento que ao conto, à crônica, ao romance e à poesia. Na contramão dessa justificativa, que já se tornou lugar-comum entre os estudiosos da obra machadiana, é possível dizer que na verdade o exercício da crítica nunca foi abandonado, apenas mudou de formato e de lugar, migrando das seções mais propriamente literárias para o território da crônica, onde teve início a trajetória de Machado como crítico literário.

Nem por estar sofrendo possíveis agressões veiculadas pela imprensa, Machado de Assis deixa de submeter à crítica “franca”, “imparcial” e “independente”, conforme os preceitos traçados em “Ideal do crítico”, os lançamentos literários. Por vezes, o método de análise variava, e, em vez do julgamento direto, Machado fazia uso da ironia, conforme

a série de artigos publicados na revista de caricaturas *Semana Ilustrada* (1860-1876), que Raimundo Magalhães Júnior vai chamar de “crítica às avessas”, e “que consistia em louvar exageradamente o que era ruim ou péssimo”. Mas sempre, acrescenta o biógrafo,

com a transcrição de excertos que permitissem ao leitor formar o seu próprio juízo e, portanto, compreender que as tiradas elogiosas [...] não passavam de enormes gozações nos infelizes escrevinhadores de tais monstruosidades literárias (MAGALHÃES JÚNIOR, 1981, p.55).

Quando passa a assinar o folhetim do *Jornal da Tarde*, intitulado “Coisas”, sob o pseudônimo Lara<sup>1</sup>, Machado de Assis vai se ocupar, em 20 de dezembro de 1869, da obra *Angelina ou Dois casos felizes*, de José Joaquim Pereira de Azurara<sup>2</sup>. A crítica ao romance aparece em meio a outros assuntos abordados na crônica, como o estado de abandono das ruas do Rio de Janeiro e a mudança de nome de algumas delas. É, portanto, no interior desse contexto, distante dos assuntos literários, que a obra de Azurara passa a ser tratada:

Este romance *Angelina ou Dois casos felizes* foi publicado há três dias. Tem 78 páginas e 13 capítulos. É uma obra digna de ser lida. Abundam as páginas de descrição e de sentimento, as reflexões sisudas e as coisas humanas, e sobretudo arrebatadora novidade de forma. [...]

Tenho notado nos nossos atuais escritores o uso de palavras vulgares e conhecidas com desprezo de termos poéticos ou simplesmente clássicos.

O autor de *Angelina* rompe brilhantemente com essa tradição. Ele sabe empregar vocábulos eufônicos, legítimos e coruscantes de graça.

[...]

Para que havemos de dizer *encarnado, ama, falta*, etc, como qualquer barbeiro? O autor usa de – *punício, notrice, inópia, zumbrir-se, impérvio, famulentos*, etc.

Mostra que estudou.

Termina o romance com esta pergunta:

Agora resta-me perguntar-vos, meus leitores, deverei continuar a escrever?

Sem dúvida.

Esperamos um segundo romance (*Jornal da Tarde*, 77, 20 de dezembro de 1869, p.1).

---

<sup>1</sup> O pseudônimo Lara já havia sido empregado por Machado de Assis em vários contos que escreveu para o *Jornal das Famílias* (1863-1878), como também na crônica “Chuva e bom tempo” e na seção “Vespas americanas” da *Semana Ilustrada* (1860-1876).

<sup>2</sup> Na mesma época, Martins Guimarães foi também objeto da “crítica às avessas” de Machado, conforme pode ser consultado na antologia *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos* (ASSIS, 2013).

Fazer a crítica ao romance *Angelina ou Dois acasos felizes* no interior da crônica, ou seja, tratá-lo como uma “coisa” dentre outras, é uma forma indireta de pré-julgar negativamente a obra, trazendo-a para um contexto em que a falta de conexão entre ela e os demais assuntos abordados dá margem à observação do próprio cronista quanto a outra aproximação estapafúrdia: “Que ponto de contato pode haver entre a batalha de Tuiuti e os tomates do mercado?”. Além disso, a intenção de Machado de Assis, ao aproximar o romance de outras “mercadorias”, era criticar de forma velada a concepção de literatura de Azurara, que a compreendia como sinônimo de palavras “difíceis”, ou seja, de significado desconhecido para a maioria das pessoas – punício”, “notrice”, “inópia”, “zumbir-se”, “impérvio”, “famulentos” – preciosismo que não apenas tirava a naturalidade do texto, como também dificultava a comunicação com o leitor.

Para desprazer de Lara, a 23 de dezembro de 1869, o *Jornal da Tarde*, sem qualquer aviso, deixou de circular. O cronista não teve dúvidas: atuando na época, também como colaborador da *Semana Ilustrada*, ele dedicou a crônica de abertura de 26 de dezembro de 1869 da seção “Badaladas”, assinada pelo Dr. Semana, ao livro de Joaquim Pereira de Azurara, praticamente copiando a crítica que escrevera no *Jornal da Tarde*, além de fazer de conta que o texto anterior não era de sua autoria:

Notou o *Jornal da Tarde* que o autor usa palavras escolhidas, que, se não são vulgares hoje, já o foram entre os nossos maiores, e algumas ainda o são, entre os poetas.

Assim é.

Por que razão não diremos em prosa, como se diz em verso, muitas palavras bonitas e clássicas? É proscrever metade da língua.

[...]

Desconfiado de si, e sem razão plausível, o autor conclui assim: *Agora, resta-me perguntar-vos, leitor, deverei continuar a escrever?*

Deve; é a minha resposta. Ímproba, metuenda, ponderosa é decerto a tarefa do escritor; mas o odiá das musas só o logra quem lhes sabe o preço.

Mostranças de talento não valem nada quando não escudam méritos incrassantes. Os gabos devem reprimir o orgulho do autor; escreva, é o que lhe dizem os amigos das letras (*Semana Ilustrada*, 472, 26 de dezembro de 1869, p.3770-3771).

No nível da atribuição de autoria, a repetição da pergunta de Azurara dirigida ao leitor, quanto ao futuro como escritor, depois da “mostrança” de seu talento com *Angelina ou Dois acasos felizes*, leva à conclusão de que tanto a crônica “Coisa” do *Jornal da Tarde* quanto as “Badaladas” da *Semana Ilustrada* são do mesmo autor, ou seja, Machado

de Assis. Em prosseguimento ao trabalho analítico, a repetição da pergunta, agora acompanhada do “grifo”, o itálico, denuncia a operação de apropriação do texto do outro, que trazido para a crônica do Dr. Semana vem acompanhado da sugestão de nova entoação, nova leitura<sup>3</sup>. A simulação irônica implicou ainda incorporar os termos “literários” empregados por Azurara – “Aos gabos devem refruir o orgulho do autor [...]” -, de modo a criar um segundo discurso que mimetiza o caráter incompreensível do primeiro, por conta do uso indevido das palavras, tal como acontecia no romance.

Há que se acrescentar que, ao acomodar a crítica ao livro *Angelina ou Dois casos felizes* no interior da crônica “Badaladas”, Machado de Assis, ou antes, Dr. Semana, continua a empregar o método de misturar as coisas, que resulta no rebaixamento da obra de Azurara tendo em vista o contexto para o qual é trazida. Nesse sentido, é preciso observar a trajetória percorrida pela obra. Ela foi deslocada do livro para a crônica, sendo acomodada na forma da citação. Considerando que essa crônica foi veiculada numa revista de caricaturas, como é o caso da *Semana Ilustrada*, esses são aspectos que denunciam, como se verá mais à frente, a intenção irônica que perpassa a crítica do Dr. Semana. Isso acontece na citação em caixa alta dos termos “literários” empregados por Azurara ao longo do romance:

Mas eu tenho pressa em dar uma amostra do estilo do romance, que é bem trabalhado, como aconselham Boileau, Horácio e o senso comum. ‘Talvez me considerareis contraditório, leitores, por dizer eu que a protagonista deste romance, não tendo ânimo de criar seu filho, teve-o de sair a desoras, caminhando por IMPÉRVIO e inabitado caminho, para enjeitá-lo. Eu me defendo desta aparente contradição, defendendo-a também, dizendo-vos que – assim como ela ZUMBRIU-SE ao desânimo de criar seu filho, mesmo à INÓPIA de recursos, assim também caminhou a desoras, por quase impérvio e inabitado caminho, por zumbrir-se ao medo, ao terror daquele que, devendo livrá-la de peripécias, fazia-lhe sofrer (*Semana Ilustrada*, 472, 26 de dezembro de 1869, p.3770).

A operação de extrair o fragmento do romance e inseri-lo no espaço das “Badaladas” implica alterar a organização original do texto, uma vez que, no interior da crônica, a citação passa a integrar novo conjunto, a solicitar do leitor uma nova leitura, a leitura em chave de ironia, conforme já foi observado. Sob a orientação do crítico-cronista

---

<sup>3</sup> A respeito das formas de “apropriação do texto do outro”, conferir COMPAGNON, 2007, p.19.

Dr. Semana, algumas “pistas” são dirigidas ao leitor, como na citação grifada dos termos “impérvio” (impenetrável, inacessível), “zumbriu-se” (humilhar-se, rebaixar-se) e “inópia” (escassez, indigência), mais adequados, ou antes, mais empregados, talvez, em prédicas, discursos, práticas jurídicas ou mesmo em outro contexto literário, mas que, trazidos para o folhetim de Azurara, apontam para a discrepância entre o uso convencional daquelas palavras e o seu emprego no novo contexto, o que significa dizer, nas entrelinhas, que o autor desconhece a regra básica de todo escritor, ou seja, a adequação vocabular.

Mas na camada aparente do texto, ou seja, no nível do enunciado, a crônica só tem elogios à obra de Azurara, de modo a criar a “dupla enunciação constitutiva do discurso irônico”, ou seja, a tensão entre o “literal” e o “figurado”, conforme explicitado por Brait:

O que está atualizado, em presença, não pode ser compreendido a não ser que se leve em conta uma ausência que de alguma forma ali ressoa por vias de uma contextualização que sinaliza a confluência de uma presença-ausência (2008, p.100).

Acomodar a crítica do romance *Angelina ou Dois casos felizes* no interior das “Badaladas”, e sendo estas crônicas veiculadas na *Semana Ilustrada*, ao lado de charges e caricaturas, é uma maneira de sinalizar a “dupla enunciação constitutiva do discurso irônico” (BRAIT, 2008, p.100), calcada na “confluência de uma presença-ausência”. As citações, por sua vez, ao mesmo tempo que funcionam para instaurar a fala do outro, criando assim efeito polifônico, passam também a dizer outra coisa, porque assim o deseja quem delas se apodera, como vai dizer Compagnon: “O sentido da citação seria, pois, a relação instantânea da coisa com a força que a impulsiona” (2007, p.35).

A ironia é considerada, por alguns estudiosos, como “dissociação entre aquilo que o enunciado manifesta, isto é, sentido literal, e a proposição visada, que diz respeito ao que está implícito” (BRAIT, 2008, p.103). Ocorrendo esse fenômeno de linguagem, instaura-se a ambiguidade e, com ela, a cumplicidade entre o enunciador e o leitor, de modo que este compartilhe a simulação irônica, no sentido de apreender a duplicidade da enunciação. Acrescenta ainda Brait, a partir de René Schaerer, que

Um movimento seletivo, no sentido de aceitar o discurso como unicamente literal ou unicamente figurado, significaria assumir uma



atitude desqualificadora da recepção e, conseqüentemente, da ironia edificada pelo enunciador (BRAIT, 2008, p.107).

Quando o leitor faz uma opção por um dos sentidos, escolhendo o literal, ao se tratar do figurado, ou vice-versa, o efeito humorístico é inevitável, como aconteceu quando Pereira de Azurara, após ler a crítica que saiu na *Semana Ilustrada* a respeito de seu romance, enviou duas cartas de agradecimento à redação da revista, acompanhadas das comédias *Como isso é bonito* e *Eu não gosto de limão*, que o professor de Guaratiba submetia à crítica do Dr. Semana. O cronista, está claro, não perde a oportunidade de transcrever nas “Badaladas” de 20 e 27 de fevereiro de 1870 ambas as cartas, a primeira antecedida de um “introito” irônico, em que põe em dúvida a “autenticidade” da correspondência:

O Sr. Azurara é o mesmo autor do romance *Dois casos felizes* de que já falei há algumas semanas. Mas serão estas cartas autênticas? Será realmente o autor do romance o mesmo autor das comédias? ou acaso alguém que deseja, à sombra de um nome já conhecido, mostrar as suas obras?

As comédias são boas, e eu as publicaria na *Semana* com toda a vontade. Mas ignorando se o autor será o mesmo, o mais que faço desta vez é publicar a primeira carta esperando que o autor me procure e confirme a autenticidade dela (*Semana Ilustrada*, 480, 20 de fevereiro de 1870, p.3835).

Levantar suspeita quando à autoria das cartas, que, diga-se de passagem, vinham assinadas, sob a alegação de que outro autor, para aproveitar a fama de Azurara, estaria usando o mesmo recurso de enviar suas obras à redação da *Semana Ilustrada*, na esperança de que o Dr. Semana delas se ocupasse, é um modo indireto de dizer que as comédias são até piores do que o romance. Talvez por isso, desta vez, em lugar da “análise” das peças, cujos títulos são suficientes para avaliá-las, o crítico-cronista tenha optado por outra estratégia a serviço da ironia, a citação na íntegra, sem qualquer interrupção, como acontece em relação à primeira carta, expedida de Guaratiba, em 25 de janeiro de 1870:

Ilmo. Sr. Redator da *Semana Ilustrada*

Tendo V. Sa. honrado o meu romance – *Angelina ou Dois casos felizes*, - meu tentâmen de escritura, com o seu tão sábio quão sincero juízo crítico, o que muito me lisonjeou – fiz tenção de sujeitar ao sábio

juízo e correção de V. Sa. todo e qualquer escrito meu que, em forma de livro, pretenda publicar, se a isso V. Sa. não se negar. Animado pelo conselho que me V.Sa. deu no número da – *Semana* – em que saiu publicado aquele juízo – Tudo o que não tem algo de francês não tem beleza de expressão; ora o romance de Azurara não tem algo de francês (galicismos): logo o romance do Azurara não tem poesia nem expressão) – estou no propósito de continuar a escrever, estudando para escrever bem. Acabo de escrever a última duma comédia minha, a que dei o nome de – *Como isto é bonito!* – e para ser coerente com o que disse, ou com o que tenciono, peço a V. Sa. que, com a franqueza que o distingue, me dê o seu juízo sobre ela, para eu conhecer se devo ou não publicá-la (*Semana Ilustrada*, 480, 20 de fevereiro de 1870, p.3835).

Ceder espaço à voz do autor, aliás, já citada em crônicas anteriores, na pergunta que Pereira de Azurara dirigia ao leitor – “Agora, resta-me perguntar-vos, leitor, deverei continuar a escrever?” – faz parte do pacto de cumplicidade que se estabelece entre o enunciador e o leitor, no sentido de criar a “[...] possibilidade de outra maneira de entender a mensagem” (BRAIT, 2008, p.105). “Nessa outra possibilidade”, acrescenta Brait, “instaura-se um alvo para a ironia, ou seja, uma vítima [...]” (2008, p.105). Enquanto alguns leitores das “Badaladas” tenham talvez captado a simulação do jogo irônico, na crítica do Dr. Semana ao romance de Azurara, este, a vítima, deu mostras de ter lido o sentido literal da crítica, tanto que a carta de agradecimento, tendo em vista o “incentivo” do crítico-cronista, vem acompanhada da comédia *Como isto é bonito!*

A carta de 20 de fevereiro de 1870 deixa claro também que Azurara, além de não conseguir captar o sentido implícito do texto irônico, a ausência que ressoa no nível do enunciado, não aceita também que lhe digam, em linguagem direta, que sua obra não tem qualquer valor. Como fez o cronista Luís Guimarães Júnior, no rodapé “Por Paus e por Pedras”, no *Diário do Rio de Janeiro*, de 1 de janeiro de 1870, quando, em comentário à moda de as mulheres trazerem os cabelos presos num coque, estabelece comparação entre o penteado feminino e o romance *Angelina*: “O coque tem mais poesia e exprime-se melhor que o romance do Sr. Azurara!”. Compreende-se agora, em vista desse contexto, o motivo da pergunta que o autor de *Angelina* dirige ao Dr. Semana: “Se V. Sa. julgasse que o coque tem deveras mais poesia e exprime-se melhor do que o meu romance di-lo-ia, não é assim?” A pergunta, por sua vez, só faz reforçar a incapacidade de Pereira de Azurara de apreender o sentido irônico da comparação, que já implica rebaixamento da obra.

Há que dizer que, no *Diário*, apenas Luís Guimarães Júnior fez alusão à obra do professor de Guaratiba, que, aliás, já havia enviado um exemplar de *Angelina* à redação do jornal, no informe da seção “Publicações”, de 19 de dezembro de 1869. Além disso, a “crítica” do folhetinista resumiu-se à comparação entre o coque e o romance, com ganho para o coque. E tudo mais que Azurara acrescenta, em tom de queixa, diz respeito ao fato de o cronista da folha carioca desmerecer o romance por não ter “algo de francês” e ser fruto de sua imaginação.

Não contente em expor Pereira de Azurara ao ridículo, na citação da carta de 20 de fevereiro, o Dr. Semana tem esperança de que o caso ainda possa render matéria para outra crônica. O plano foi inventar uma mentira, “a simulação que pretende passar por verdade”, no caso, pôr em dúvida a autenticidade das cartas, com vistas a explorar “o engano irônico”, isto é, o discurso que se oferece para que “o receptor o adivinhe ou perceba como engano” (BRAIT, 2008, p.107). Daí o convite para que Azurara procure o cronista na redação da *Semana Ilustrada* e confirme de viva voz se é de fato o autor das cartas, como também das peças anexadas.

A “visita”, no entanto, acabou não acontecendo, como informa o Dr. Semana nas “Badaladas” de 27 de fevereiro de 1870, na qual transcreve a segunda carta de Azurara:

Ilmo. Sr. Redator da *Semana Ilustrada*

Talvez V. Sa. me considere importuno por exigir que V. leia os meus escritos; porém peço-lhe que tal não me considere, porque eu, carecendo de mestre como o cego de guia precisa, o procuro para aprender.

É minha mira colocar meu nome entre os dos que constituem a ingente república das letras; mas decerto ficarei muito aquém dela, se não encontrar quem condolentemente me ensine o caminho que tenho de seguir para a ela chegar, caminho bem emaranhado, e escuro para os ignaros como eu! Negar-se-á V. Sa. a isso?...

Com razão plausível desconfio de mim!... faleço de erudição... meu entendimento precisa ser iluminado pelo vivo fogo dos livros... e dificilmente ele o iluminará!... No Brasil, custa ainda muito caro um livro!... E onde vivo eu?... Onde são espessas as trevas da ignorância; tão espessas que privam de esclarecer em pequeno âmbito a minha lamparina!...

Adiante!...

Acabo de escrever uma comédia, à qual dei o seguinte título: *Eu não como sem limão* – Queira V. Sa. dispensar um momento de sua atenção para lê-la, a fim de dizer-me o bom e o ruim dela (tenho petulância de crer que alguma coisa ela tem) (*Semana Ilustrada*, 481, 27 de fevereiro de 1870, p.3842).

A citação não deixa dúvidas quanto ao efeito “benéfico” da crítica do Dr. Semana acerca do livro *Angelina ou Dois casos felizes*, pois que a partir de então Azurara não parou mais de escrever, sentindo-se apto, depois da estreia no romance, a pôr à prova o seu talento como dramaturgo. A investida do professor de Guaratiba no teatro, como se sabe, nada tem de original, sendo este o caminho trilhado pelos escritores brasileiros na época, em busca de maior visibilidade e reconhecimento público. Por sua vez, os títulos das comédias de Azurara - *Como isto é bonito!*, *Eu não gosto de limão*, *Eu não como sem limão* – dão uma amostra do teatro praticado por Azurara, a comédia ligeira, feita de quiproquós e humor grosseiro, gênero que infestava os teatros do Rio de Janeiro, e que Machado de Assis, no papel de crítico teatral e censor do Conservatório Dramático, vai combater duramente. No que se refere à simulação irônica, tão-somente os títulos das peças chamam a atenção para aquilo que não está dito, uma concepção de teatro, com a qual o enunciador não compartilha.

Mas se, por um lado, Pereira de Azurara é incapaz de captar o sentido oculto da crítica do Dr. Semana, por outro, o escritor não deixa de invocar o auxílio do crítico - “Eu careço de mestre como o cego de guia precisa, o procuro para aprender” –, o que remete às palavras de Machado de Assis, em “Ideal do crítico”, ao dizer que, “guiar os estrepantes” (ASSIS, 2013, p.237) era uma das funções da crítica. Azurara, no entanto, parece estar menos interessado em aprender a arte de escrever, a partir da lição da crítica, do que em colocar o seu nome “entre os dos que constituem a ingente república das letras”. Assim, ao recorrer ao Dr. Semana, o autor de *Eu não como sem limão* nada mais fazia do que se espelhar no exemplo de outros literatos em busca de nomeada, a exemplo de Castro Alves, que procurou José de Alencar, ao chegar ao Rio de Janeiro.

Além de dizer que a crítica deveria funcionar como guia dos estrepantes, Machado de Assis também apontara em “Ideal do crítico” para a necessidade de o autor, tanto o novo quanto o profissional, ler bons exemplos de literatura, no sentido de aprimorar-se enquanto escritor. Esta “tarefa”, que implica trabalho árduo e persistente, parece estar descartada pelo autor de *Angelina*, ao duvidar que o seu “entendimento” possa ser “iluminado pelo fogo vivo dos livros”. A justificativa de que “no Brasil, custa ainda muito caro um livro”, não deixa de ser válida, pois que de fato o alto preço do livro, na época, tornava-o objeto de difícil acesso para a maioria dos brasileiros, cabendo acrescentar o

número reduzido de bibliotecas e livrarias, o índice elevado de analfabetismo, para não falar no despreparo para a leitura, da qual Pereira de Azurara é prova eloquente.

Para completar este quadro de carências, o povoado onde o professor vivia, a freguesia de Guaratiba, não primava exatamente pelo incentivo à cultura, ao contrário, é referido como lugar onde eram “espessas as trevas da ignorância”, “tão espessas”, acrescenta o escritor, “que privam de esclarecer em pequeno âmbito a minha lamparina!...”. Daí o pedido de transferência de Azurara para lecionar em escola primária na Corte, onde logo se tornou sócio da Sociedade Ensaio Literários, agremiação literária e cultural fundada em 1860, no Rio de Janeiro, a congregar escritores, jornalistas, professores, médicos, advogados e alguns nomes que passaram para a história da literatura brasileira, como Veríssimo José do Bonsucesso Júnior.

Em que pesem os esforços de Pereira de Azurara para minorar as lacunas de sua formação, nem por isso o autor de *Eu não gosto de limão* deixa de compactuar a ideia de que escrever é antes manifestação da inspiração, espontânea e livre (de que é prova a produção em série de Azurara), e não um processo que demanda esforço e estudo. O alinhamento do professor de Guaratiba ao senso comum no que se refere à criação como ato espontâneo faz lembrar a personagem Luís Tinoco, do conto “Aurora sem dia”, de Machado de Assis, publicado no *Jornal das Famílias*, em novembro e dezembro de 1870, sob o pseudônimo de Victor de Paula, e posteriormente reunido, com alterações, em *Histórias da meia-noite* (1873).

“Seduzido pelos louros alheios”, convicto de que “estava fadado para os grandes destinos”, “um dia de manhã, acordou Luís Tinoco escritor e poeta; a inspiração, flor abotoada ainda na véspera, amanheceu pomposa e viçosa” (ASSIS, 1985, p.220). Em poucas horas, o rapaz compôs um soneto, “cujo principal defeito”, na avaliação do narrador, “era ter cinco versos com sílabas de mais e outros com sílabas de menos” (ASSIS, 1985, p.220). Mesmo assim, a obra foi publicada nos “a pedidos” do *Correio Mercantil*. Quando o tio Anastácio quis saber com quem o sobrinho aprendera a fazer versos, Tinoco responde com altivez: “Isto não se aprende; traz-se do berço”. Leitor de orelhada, Luís “respigava nas alheias produções uma coleção de alusões e nomes literários”, de tal forma que “não lhe era preciso, por exemplo, ter lido Shakespeare para falar do *to be or not to be*, do balcão de Julieta e das torturas de Otelo”. Autor de *Goivos*

e *camélias*, obra que “Apenas um folhetinista do tempo escreveu a respeito dela algumas linhas que fizeram rir toda a gente [...]” (ASSIS 1985, p.222-225).

Como se vê, a partir desta rápida e parcial apresentação da personagem do conto “Aurora sem dia” (que depois largou a literatura pela política, e esta pela vida de fazendeiro), há muitas semelhanças entre Luís Tinoco e Joaquim Pereira de Azurara no que se refere à prática equivocada da literatura, eivada de clichês românticos, sendo por isso alvos, ou antes, “vítimas”, da ironia do enunciador, lá dos comentários do narrador e do Dr. Lemos, aqui da crítica do Dr. Semana. Os pontos de contato entre o conto e a crítica às avessas, inclusive a proximidade quanto às datas de publicação, fazem supor que os textos vinham ao encontro do projeto idealizado por Machado de Assis de explorar a dimensão crítica da ironia, com vistas a educar o leitor (aí incluído o escritor) na leitura da literatura, o que significa dizer, aprender a ler aquilo que está ausente no texto, mas que ali ressoa. Ora, o fecho moral que figurava na primeira versão de “Aurora sem dia”, publicada no *Jornal das Famílias*, vinha comprometer a ambiguidade da visada irônica, restabelecida com a supressão da conclusão moral (ao lado da alteração do foco narrativo), quando da incorporação do conto ao livro *Histórias da meia-noite*.

Além da pedagogia da ironia, no interior do qual a crítica do Dr. Semana tem papel decisivo, há que considerar a “carga afetiva” da simulação irônica, que, segundo Hutcheon, não pode ser ignorada nem separada de sua “política de uso”, por conta da “gama de respostas emocionais (de raiva a deleite) e [d]os vários graus de motivação e proximidade (de distanciamento desinteressado a engajamento apaixonado)” (HUTCHEON, 2000, p.33). Avesso às polêmicas, é possível interpretar o exercício da crítica às avessas como resposta de Machado de Assis às farpas que lhe estariam sendo dirigidas pelos colegas da imprensa, enciumados talvez com o prestígio que o autor de “Ideal do crítico” passou a usufruir, depois de aclamado “primeiro crítico brasileiro” por José de Alencar, na carta de 1868. Sob o manto do “distanciamento fingido”, da “neutralidade aparente”, a escamotear as “arestas cortantes” da ironia (HUTCHEON, 2000, p.63), Machado punha à prova a competência também de seus adversários na leitura do que estava implícito nas crônicas-críticas do Dr. Semana.

Contra aqueles que duvidavam de sua capacidade enquanto crítico, Machado de Assis, com a crítica às avessas, estaria ensaiando um gênero novo, humorístico, de fazer crítica, no qual se faziam representar as “polaridades afetivas e avaliativas da ironia”

(HUTCHEON, 2000, p.35), no interior do qual, e na voz do Dr. Semana, já despontava aquele que seria o traço inconfundível da criação machadiana, o narrador não confiável<sup>4</sup>.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, M. *Obra completa*. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. [3. v.]
- ASSIS, Machado. *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. AZEVEDO, S. M.; DUSILEK, A.; CALLIPO, D. M. (Org.). São Paulo: Editora da UNESP, 2013.
- BRAIT, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- COMPAGNON, A. *O trabalho da citação*. 2. ed. Trad. Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- COUTINHO, A.; SOUSA, J. G. *Enciclopédia da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.
- HUTCHEON, L. *Teoria e política da ironia*. Trad. Julio Jeha. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- JOBIM, J. L. *Machado de Assis: o crítico como romancista*. *Machado de Assis em linha*, ano 3, número 5, junho 2010, p.75-94.
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Vida e obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981. 4 v.

*Recebido em 19/10/2014*

*Aprovado em 27/04/2015*

---

<sup>4</sup> Os periódicos consultados para esta pesquisa foram: *Diário do Rio de Janeiro* (RJ, 1860-1878); *Jornal da Tarde* (RJ, 1869-1872); *Jornal das Famílias* (RJ, 1863-1878); *Semana Ilustrada* (RJ, 1860-1876).